

Sociólogos mapeiam as utopias possíveis

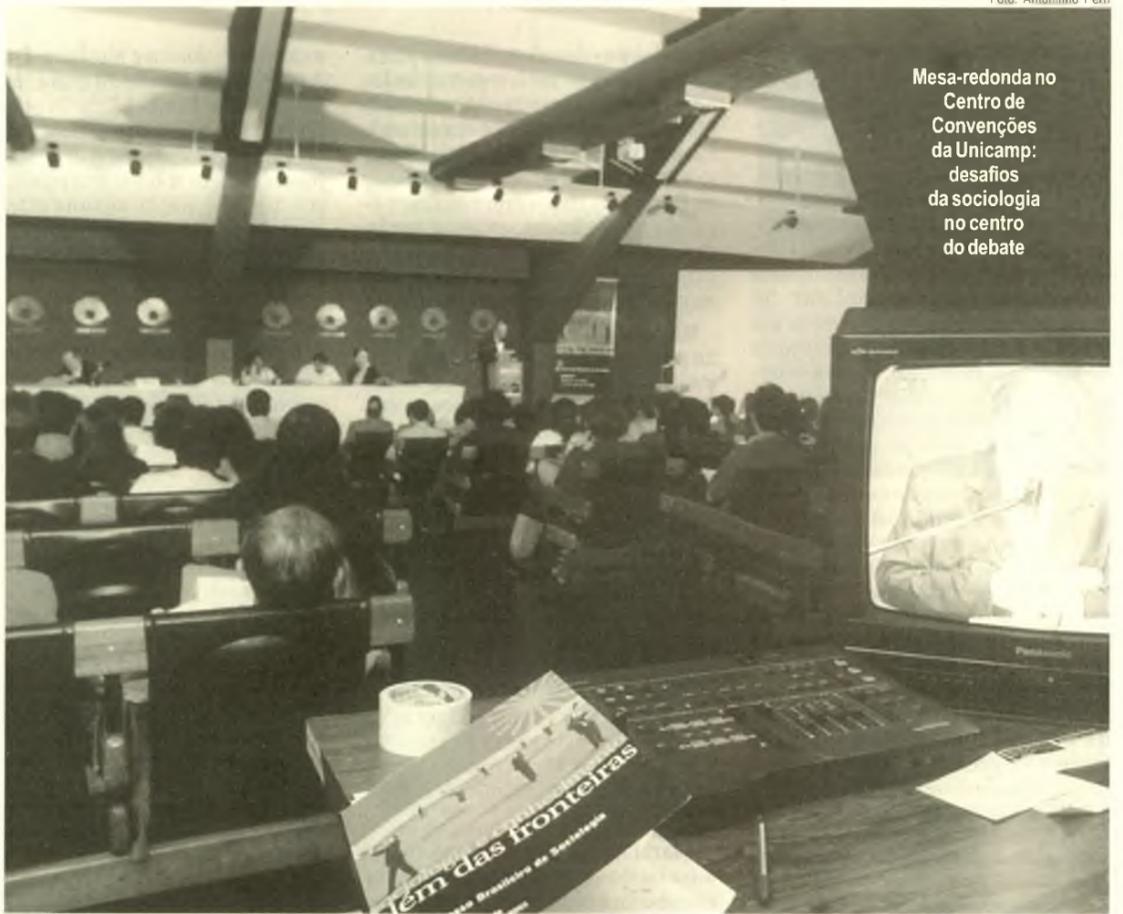
ÁLVARO KASSAB

kassab@reitoria.unicamp.br

O XI Congresso Brasileiro de Sociologia fez mais do que revelar a quantas anda a produção de pesquisas desenvolvidas nos campos teórico e prático e que costumam jogar luz sobre a realidade brasileira e internacional. Mostrou que cada vez mais se faz necessário o diálogo entre a sociologia e as demais áreas do conhecimento, tema recorrente nas conferências, mesas-redondas e debates que reuniram na Unicamp, entre os últimos dias 1 e 5, centenas de docentes, pesquisadores e estudantes.

O **Jornal da Unicamp** ouviu dez intelectuais que participaram do evento. Nas entrevistas que começam nesta página e prosseguem nas três seguintes, Boaventura de Sousa Santos, Danilo Zolo, Francisco de Oliveira, Laymert Garcia dos Santos, Leila da Costa Ferreira, Marcio Pochmann, Marcelo Ridenti, Maria Arminda do Nascimento Arruda, Renato Ortiz e Sérgio Adorno abordam, entre outros assuntos, as funções e o papel do estado contemporâneo, a nova realidade do mercado de trabalho, a violência, o impacto das novas tecnologias e os desafios da sociologia contemporânea. Em pelo menos um dos temas, as opiniões convergiram: as utopias transfiguraram-se, mas continuam aí. “Mesmo quando toda miséria mais material for varrida da terra, o que está longe de acontecer, certamente os homens criarão outras utopias. A maior delas é a utopia do homem feliz”, afirmou o sociólogo Francisco de Oliveira.

Colaboraram Eustáquio Gomes e Carlo Alberto Dastoli



Mesa-redonda no Centro de Convenções da Unicamp: desafios da sociologia no centro do debate

Jornal da Unicamp – Quais são os maiores desafios da sociologia contemporânea?

Boaventura de Sousa Santos – É captar a imensa e inesgotável riqueza das experiências de resistência à globalização neoliberal, da luta pela dignidade e da luta pela inclusão social. Penso que as nossas ciências sociais ainda estão mal equipadas para captar toda essa riqueza e dignificá-la.

Daniilo Zolo – O problema fundamental talvez seja tentar compreender tanto os processos complexos das sociedades nacionais como obviamente os processos de globalização. É preciso perceber as motivações desses processos, fornecer as bases das teorias explicativas e permitir, portanto, intervenções políticas. Torna-se imperativo fazer com que a globalização não destrua as identidades sociais, a liberdade e a segurança das pessoas.

Francisco de Oliveira – Depois das grandes narrativas, a sociologia contemporânea virou-se para sociologias específicas que em geral são minimalistas, que tratam dos pequenos temas e de vários recortes menores. Segundo esta posição, as grandes narrativas histórico-sociológicas escondiam muito da diversidade e da pluralidade do mundo e estavam influenciadas pelo conceito de totalidade. A sociologia chamada pós-moderna abandona essa coisa da totalidade e busca aquilo que é específico, que é singular. Com isso, enriqueceu-se muito o campo da sociologia, evidentemente, mas perdeu-se a capacidade de pensar processos totais que continuam a existir. A sociologia hoje está de certa for-

ma impotente para compreender os grandes processos totais. Decorre daí o fato de ganhar maior notoriedade e maior destaque o campo da história que tenta cobrir toda a discussão sobre globalização como, por exemplo, a larga tradição histórica de trabalhos de autores como Hobsbawm, que é quase sociólogo no sentido de pensar os processos totais. O grande desafio da sociologia contemporânea é, portanto, recuperar a capacidade de narrar e compreender os grandes processos totais, sem abdicar evidentemente do caminho percorrido que foi esse de procurar encontrar pluralidades em processos mais complexos.

Laymert Garcia dos Santos – O maior desafio da sociologia contemporânea é a tecnociência. Ela coloca problemas para a sociedade contemporânea que corroem os parâmetros com os quais a sociologia está acostumada a trabalhar.

Leila da Costa Ferreira – Temos vários temas que poderiam contribuir para o entendimento da complexidade do mundo atual. Estamos falando mais em incertezas do que em certezas. O primeiro grande tema sem dúvida é a questão da violência. Outro é a questão ambiental – não só os grandes temas globais, como as mudanças climáticas, biodiversidade etc, mas também temas que perpassam nosso cotidiano, como, por exemplo, a questão dos recursos hídricos e da poluição atmosférica. Isso está muito correlacionado com a questão da violência. São temas totalmente transversais e interligados. Acho também que a questão da mundialização e da globalização é relevante e importante para a sociologia contemporânea, assim como a questão da cen-

tralidade do trabalho.

Marcio Pochmann – O desafio é de duas ordens. A primeira, do ponto de vista do conhecimento de uma realidade em transformação, uma vez que a contribuição da sociologia é justamente não apenas a identificação dos fenômenos sociais, mas uma teorização sobre a estrutura da sociedade, seu passado e as perspectivas de futuro. O segundo desafio diz respeito à ciência social aplicada – de que maneira a sociologia pode continuar sendo um instrumento de apoio àqueles que lutam pela transformação social, a partir do conhecimento da realidade que esta mesma sociologia permite identificar.

Marcelo Ridenti – A sociologia tem o compromisso com o desvendamento das aparências sociais. O que vemos hoje é um mundo muito mistificado, muito mascarado, em que temos um avanço cada vez maior do capitalismo, que se generaliza por todo o globo e que transforma tudo em mercadoria. Paradoxalmente, quanto mais esse sistema capitalista se difunde e se expande, mais difícil e enevoado se torna reconhecer sua estrutura e seu funcionamento. Diria que a tarefa da sociologia é ajudar a desmascarar esse mundo que aparece cada vez mais com menos clareza para os agentes sociais.

Maria Arminda do Nascimento Arruda – A rigor, as ciências sociais sempre enfrentaram desafios, na medida em que são disciplinas diretamente conectadas à compreensão das situações sociais e coletivas. Como a sociedade muda mui-

to, sempre são impostos novos desafios. Mas isso não é uma maneira de responder, porque posso dizer que os desafios são permanentes. Mas nada mudou? Os desafios são alguns para cada momento. Para as ciências sociais, não basta dizer que tem um conjunto de problemas novos na sociedade que impõem um desafio para a reflexão. A rigor, isso só é de fato constituído para a reflexão na medida em que se formula aquela questão social como um problema de reflexão e de investigação.

Perdeu-se a capacidade de pensar processos totais

Isso envolve a formulação de um problema, não é uma relação imediata do cientista social com os problemas da sociedade. Há uma infinidade de questão, já que vivemos um mundo muito inquietante, que caminha para uma convivência cada vez mais complexa e difícil. Basta ver o que acontece no panorama internacional. Mais do que isso: o que está acontecendo no nosso caso particular, que é o desafio mais evidente. O primeiro deles é a vulnerabilidade da convivência social nas grandes cidades; são as questões sociais cada vez mais agudas. O Brasil tem hoje um conjunto de problemas a ser equacionado – o problema da terra, da desigualdade social. Como socióloga da cultura, julgo muito importante o fato de a sociedade brasileira passar quase que da condição de uma sociedade iletrada para a convivência imediata com um sistema de indústria cultural. A televisão, por exemplo, ocupou um espaço quase integral na nossa sociedade. Isso precisa ser indagado. É uma coisa se você tem um telespectador com condições de julgamento – fruto de uma sociedade que sedimentou um certo tipo de cultura. Mas quando você tem

uma sociedade que tem um movimento de deslocamento de populações imenso como aconteceu no Brasil nos últimos tempos, isso tem outro significado. Há uma pluralidade de questões muito grave na sociedade brasileira.

Renato Ortiz – O desafio atual é pensar nas transformações que ocorreram nas últimas duas décadas. Tem a ver com o contexto da globalização, toda a problemática do estado-nação, ou seja, o desenvolvimento de uma sociedade informatizada. Trabalhar essa problemática do mundo contemporâneo com categorias que não eram ainda disponíveis na tradição histórica que tínhamos na sociologia. Trata-se, na minha opinião, do desafio principal, com uma vantagem, talvez: esse processo de transformação, embora não tenha se completado inteiramente, já está mais claro do que era, digamos, há 15 anos. Isso permite que tenhamos uma perspectiva de compreensão distinta do senso comum, generalizado na mídia e nas conversas do dia a dia.

Sérgio Adorno – São vários os desafios. Um deles, seguramente, é a questão da violência, que cada vez menos é um problema de desordem no sentido tradicional e é muito mais um fenômeno complexo com múltiplas raízes na sociedade. É um fenômeno pelo qual você pode hoje decifrar uma série de outras questões. É possível decifrar problemas de identidade, de poder e de organizações subterâneas da sociedade. A violência é um lugar importante para pensar a sociedade contemporânea.

Continua nas páginas 6 e 7

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS



Sociólogo e professor da Universidade de Coimbra. Autor de “A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência”.

DANILO ZOLO



Professor do Departamento de Teoria e História do Direito na Universidade de Florença, Itália.

FRANCISCO DE OLIVEIRA



Sociólogo e professor aposentado da USP.

'As ciências políticas caminharam

Jornal da Unicamp – Como a sociologia pode retomar o diálogo com outras áreas do conhecimento?

Boaventura – Desde a sua origem, a sociologia era a ciência que tratava de todos os problemas que as outras ciências não abordavam. Portanto, de alguma maneira ela nasceu numa matriz transdisciplinar. Só que com o tempo transformou-se ela própria numa disciplina. E numa disciplina muito cunhada na experiência de três ou quatro países, cinco no máximo, onde a teoria sociológica se desenvolveu. Hoje o mundo está de fato numa situação de dificuldade com esses modelos de exclusão social. Ao mesmo tempo, é um mundo onde se tornaram cada vez mais visíveis as outras culturas e os outros saberes. A sociologia tem uma vocação especial para poder captar isso, se realmente não for capturada por uma concepção estreita da racionalidade. Isso é possível. Naturalmente que a ciência vai sempre atrás da prática. E as práticas que hoje estão consubstanciadas no Fórum Social Mundial são um desafio para a própria sociologia no sentido de corresponder a sua vocação, que é essa de compreender o mundo de uma maneira ampla.

Zolo – É um risco que a sociologia seja uma disciplina auto-referencial. É preciso confrontar-se com estudos de outras disciplinas das ciências humanas, em particular com a economia, direito e política.

Oliveira – A sociologia é bastante transdisciplinar e ganhou muita afinidade com algumas disciplinas. Por outro lado, distanciou-se da economia política. Não só porque a economia política desligou-se da política, mas também porque a tradição da economia política clássica é das grandes narrativas. Foi uma perda para as duas partes – a economia convencional cobre mal os processos sociais e a sociologia desconhece os novos conteúdos da economia política contemporânea. Mas, em geral, o contato com outras áreas do conhecimento é bastante intenso e frutífero. Com a lingüística, por exemplo, há abordagens sociológicas que se beneficiam da contribuição de filósofos como Habermas, cujos trabalhos têm enorme influência na sociologia.

Laymert – Abrindo-se para a centralidade da tecnologia e reconhecendo que o tempo das disciplinas já acabou.

Leila – É fundamental essa retomada. Uma área do conhecimento não dá mais conta dessa complexidade da sociedade. A busca de uma perspectiva interdisciplinar está em várias áreas, inclusive na sociologia. Quando se vê no nível internacional, isso também está claro.

Pochmann – Esta é uma dificuldade não apenas da sociologia, mas um problema das ciências como um todo. Aprofundamos, nos últimos 100 anos, a especialização do conhecimento, que é importante por um lado para conhecer detalhadamente determinados fenômenos. Por outro lado, isso inibe uma visão do todo. O desafio da integração do conhecimento, a partir das diferentes disci-

plinas, é um desafio colocado justamente porque as fronteiras estão borradas na disciplina do conhecimento. Não há muita clareza até onde vai a economia, a sociologia, o direito e assim por diante. Essa ausência de fronteiras claras entre as disciplinas do conhecimento exige na verdade um esforço não apenas da sociologia, mas de outras para que possamos ter uma visão transdisciplinar.

Ridenti – Pertencemos a uma tradição de pensamento que vê uma unidade interdisciplinar entre as ciências humanas. Uma sociologia que se atenha excessivamente ao estudo dos fatos sociais é muito empobrecida. A sociologia tem um diálogo de nascença e indissociável com a história, com a economia, com a política e com outras ciências que, para mim, são absolutamente essenciais no mundo de hoje. As coisas que faço, por exemplo, são muito próximas da política, da história, da cultura. Acho que a tendência hoje é a aproximação, a interdisciplinaridade. O que não significa dizer que vamos apagar as especificidades de todas as ciências, mas que todas elas tenham uma interlocução, principalmente as ciências humanas.

Maria Arminda – O que aconteceu a partir dos anos 70 nas ciências sociais e com a economia foi um processo de especialização de seus diferentes campos cada vez mais acentuado. De um lado isso é natural, principalmente quando se instituiu o sistema de pós-graduação no Brasil, que empurrou para uma fragmentação. Mas isso não quer dizer que esse diálogo foi interrompido. O que está acontecendo é que, depois desse processo de fragmentação das ciências sociais, chegou-se à conclusão de que o conjunto das disciplinas é importante para equacionar a sociedade contemporânea.

Ortiz – Acho a retomada desse diálogo muito positiva. O desenvolvimento da sociologia, da antropologia, das ciências políticas, caminhou na direção da fragmentação de saberes. Há um lado positivo nisso, que seria a possibilidade de fazer determinadas pesquisas detalhadas, com uma boa precisão. Porém, o lado negativo é que o objeto da compreensão torna-se inteiramente fragmentado, e se perde de vista que as ciências sociais na verdade se fundam na idéia de um homem total, que tenha atividades econômicas, políticas sociais e culturais. Este homem não é cindido, ele faz parte de uma totalidade. O fato de termos a possibilidade de caminhar além das fronteiras estabelecidas pela especialidade, na minha perspectiva, é muito bom.

Adorno – Não houve de fato uma interrupção. A sociologia, pela sua própria vocação e história, de alguma maneira sempre esteve conversando não só com as ciências sociais afins, mas de alguma maneira transitou por outras áreas. É evidente que em alguns momentos a questão das fronteiras disciplinares aparece com muita força. Isso começa a criar uma espécie de atitude endôgena. Acho que a tendência hoje é cada vez mais a abertura, porque nenhum desses campos disciplinares dá conta da complexidade dos problemas. É muito difícil hoje eu pensar a violência sem uma perspec-

tiva antropológica e histórica. Quando penso na questão do crime, tenho que pensar também na economia política da violência. É preciso pensar no ponto de vista da psicanálise; é preciso refletir sobre como produzem sujeitos hoje que de alguma maneira são tolerantes à violência. As fronteiras continuam abertas, às vezes mais intensamente.

Jornal da Unicamp – As mudanças verificadas no interior do mundo do trabalho são hoje um desafio recorrente. Como a sociologia deve abordar o problema?

Boaventura – Essa é uma das questões fulcrais na medida em que assistimos a uma mudança, nos últimos 15 anos, decorrente do fato de o trabalho passar a ser um recurso global sem, no entanto, ter sido criado um mercado global do trabalho. Portanto, os mercados são segmentados, o que significa que os direitos dos trabalhadores, que estavam cunhados fundamentalmente nas experiências nacionais, foram totalmente desestruturados. O que se procura hoje é tentar ver se é possível reconquistar em nível global o que se perdeu em nível nacional. É toda a idéia dos parâmetros mínimos do trabalho. É preciso promover a dignidade do trabalhador em nível global, mesmo quando as condições nacionais são adversas. A pressão sobre o estado é muito importante para garantir esses direitos.

Zolo – Não há dúvida de que um dos grandes temas da globalização diz respeito à carente capacidade que governos nacionais têm de controlar a economia interna, em particular de garantir condições de trabalho aceitáveis. Os estados precisam ter capacidade para impedir que as forças do mercado global interfiram no direito ao trabalho. A situação dos trabalhadores é altamente insegura.

Oliveira – A sociologia do trabalho, que se dedica a este campo, enriqueceu-se muito exatamente porque tentou sair de uma visão de uma classe trabalhadora única, unívoca e homogênea, o que era induzido por certos textos e por certas tradições teóricas. Com isso, criou um campo riquíssimo. Houve uma evolução muito grande nos últimos 30 anos. Agora, de novo, entendo que a sociologia do trabalho tem por obrigação voltar a dialogar com a economia política. Sua preocupação central, que tomava a descrição dos processos de trabalho, das jornadas – que é claramente inspirada em Marx –, era conhecer o movimento da economia capitalista. Nesse sentido, a sociologia do trabalho, depois de ter feito esse longo percurso, tem por obrigação voltar a se interrogar.

Laymert – A questão do trabalho é fundamental na perspectiva do que respondi nas duas questões anteriores. O trabalho está sendo completamente reprogramado a partir da informática. Nesse sentido, o valor do trabalho mudou muitíssimo; seu foco deixou de ser o esforço para ser invenção. A sociologia já está estudando os efeitos e impactos dessa

transformação na sociedade. Mas a tendência é que se examine essa questão de um modo transdisciplinar para poder entender as interferências dos outros campos do conhecimento sobre a questão do trabalho.

Leila – É preciso repensar os próprios conceitos utilizados pela sociologia do trabalho. Acho que não dá, por exemplo, para pensar essa questão hoje a partir de conceitos clássicos da sociologia. Teremos de rever alguns conceitos e buscar outros nas demais áreas do conhecimento para pensar essa especificidade da contemporaneidade.

Ridenti – Sem dúvida, há uma grande discussão se o mundo do trabalho hoje ainda é essencial. Na minha opinião, mudaram as relações de trabalho. Em grande parte são relações que escapam do domínio do tradicional, do chão da fábrica. Há uma diversificação do que poderia ser considerado trabalho. O mundo continua a ser articulado pelo trabalho, pela produção de excedente. Há o fato de que em grande parte o sistema hoje dispensa o trabalho. Vamos ter então um grande universo de excluídos, de despossuídos, de pessoas que estão expulsas do mercado. No entanto, isso não invalida o fato de que há mudanças nesse mundo. A África, por exemplo, é um continente que está hoje quase que excluído do capitalismo mundial, a não ser como fonte de matéria-prima. Esse não-trabalho é fruto da organização de um sistema articulado em torno da produção de valor, de capital. Não se faz mais hoje como era no século 19 nem no século 20. Há inovações e é preciso acompanhar isso. Uma das tarefas da sociologia é dar conta dessas transformações no mundo do trabalho e do não-trabalho, que na minha opinião continuam sendo essenciais para pensar a sociedade contemporânea.

Pochmann – Estamos diante de um mundo do trabalho muito mais inseguro quanto às possibilidades de renda e quanto ao conhecimento adequado para ocupar as vagas existentes, entre outras questões. Esta insegurança vem de certa maneira acompanhada pela própria incerteza que está associada à economia. Ou seja, a economia vai ter capacidade de expandir-se a tal ponto de gerar postos de trabalhos? Qual será o motor do desenvolvimento econômico? Será o que diz a nova economia nas tecnologias ou ainda continuará sendo a velha economia. A incerteza proveniente das atividades econômicas leva a um mundo do trabalho muito inseguro, o que tem propiciado muitas vezes o estranhamento em relação a padrões de garantias de bem-estar social que foram conquistadas no passado. Essa não é uma situação única na história do capitalismo. Tivemos, guardadas as devidas proporções, períodos tão marcantes como o que estamos vivendo hoje, como foi a passagem do século 19 para o século 20, quando a grande revolução tecnológica causou o desaparecimento de determinadas ocupações, mas em compensação o surgimento de novos postos de trabalho e, conseqüentemente, novas possibilidades de lutas e de avanços sociais. Esse cenário que

estamos vivendo atualmente se deve a um quadro que combina incerteza no que diz respeito à economia, insegurança no trabalho e instabilidade dos governos. Alguns são eleitos com determinadas plataformas e terminam fazendo outras completamente diferentes daquelas a que se propuseram. Há uma espécie de mal-estar social que deriva da combinação desses três elementos.

Maria Arminda – A ausência do estado e a volta ao mercado é a instituição da barbárie. Todas essas medidas que estão sendo tomadas com a idéia de que se institui uma racionalidade diversa na vida das pessoas, no fundo, são formas de explicação de perda efetiva de direitos dos trabalhadores. O estado é sempre representante do coletivo. É uma instituição social em oposição aos agentes privados. O capital, se fechado em si mesmo, tem uma relação predatória com a sociedade. Os direitos foram a instituição de valores anti-capitalistas em certo sentido, que se combinaram ao capitalismo ao longo da história.

Ortiz – O problema não é tanto teórico, mas sim da constituição da sociedade, na medida em que o estado e o bem-estar perderam espaço nos países onde eles se desenvolveram mais, particularmente nos países europeus. Países como o Brasil e outros da América Latina, nunca chegaram a desenvolver um estado de bem-estar com uma dimensão maior. A questão do bem-estar é um tema político central, na medida em que as instâncias que nós expomos atualmente são muito incipientes para dar conta desse processo. A menos que tenhamos a ilusão de que o mercado resolverá as coisas, mas isso é uma ideologia. O mercado é uma entidade voraz, na verdade ele não se incomoda muito com o bem-estar das pessoas. Este é um grande problema que ganha dimensões transnacionais no mundo contemporâneo.

Adorno – Caminham na direção da vocação da sociologia, que é decifrar de alguma maneira a contemporaneidade, seja ela pensada como modernidade, pós-modernidade, pós-sociedade industrial. Nossa vocação é tentar decifrar as significações desse mundo que está em processo de mudança e tentar de alguma maneira ter uma visão que permita, para além do senso comum, compreender os significados das mudanças e de que modo essas mudanças recriam novas formas de vida e de alguma maneira superaram os problemas do passado.

Jornal da Unicamp – Nada garante que, apesar de novo, o chamado estado moderno perdure, sobretudo pela influência crescente das grandes corporações. O estado sobreviverá como está ou a tendência é cada vez mais ver seu papel diminuído em detrimento dos interesses do mercado?

Boaventura – Desde que temos essa forma de estado moderno, praticamente desde o século 17, assistimos a períodos muito distintos. Basicamente são três os grandes princípios de regulação da modernidade: do esta-

O trabalho está sendo reprogramado a partir da informática

LAYMERT GARCIA DOS SANTOS



Professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp.

LEILA DA COSTA FERREIRA



Professora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp.

MARCELO RIDENTI



Professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Autor de "Em busca do povo brasileiro- artistas da Revolução, do CPC à era da TV".

para a fragmentação dos saberes'

do, do mercado e da comunidade. O que temos visto é que entre o princípio do mercado e o princípio do estado tem havido uma variação pendular. Há períodos em que o estado domina o mercado e outros em que o mercado domina totalmente o estado. Nós estamos exatamente num desses períodos. Não é absolutamente eliminável a hipótese de que o pêndulo vá para um refreço dos poderes do estado. Acredito que os estados vão continuar a existir na forma que têm hoje ainda por muitas décadas. Penso também que eles vão atuar cada vez mais em rede, no âmbito das organizações internacionais que terão cada vez mais competências, embora entenda que elas precisam ser reformadas. O estado é um grande agente dessas novas formas da política global, mas já não atua sozinho e sim nessa regra.

Zolo – Estamos na presença de um processo de erosão das soberanias dos estados, que estão verdadeiramente em crise, sobretudo os estados frágeis e pobres. Estamos neste momento a um descolamento da soberania. Há uma concentração de poderes soberanos nas mãos das grandes potências econômicas, sobretudo dos Estados Unidos. O grande problema é como submeter o poder econômico, militar e político dos Estados Unidos a regras e procedimentos pré-estabelecidos, ou seja, como recuperar uma função do direito internacional.

Oliveira – Trata-se de um processo complexo. O estado não diminui, até mesmo por que se você olhar os processos, inclusive em escala mundial, eles se fazem utilizando parte da riqueza pública. O estado é o único que tem poder coercitivo para fazer uso dessa riqueza. O tamanho do estado não diminui, mas ocorre aquilo que está sendo chamado de autonomização do mercado. Não significa que não há estado, mas significa dizer que a ação estatal é determinada em grande medida pelo mercado. E este o fenômeno mais intrigante e que requer, de novo, a retomada do diálogo entre a sociologia e a economia política.

Laymert – Mercado não existe sem estado, apesar das aparências em contrário. Por outro lado, entendo que esse par caminha junto. Quando se fala muito de enfraquecimento do estado, a gente teria que ver de quais setores do estado a gente está falando. Há setores que não estão enfraquecidos de jeito nenhum. Se considerarmos o orçamento da Defesa dos Estados Unidos, constatamos que o estado imperial vai muito bem, obrigado. E se a gente considerar as relações do chamado complexo industrial-militar, ele também vai muito bem. Agora, se considerarmos do ponto de vista da previdência, da saúde etc, é claro que é notado um enfraquecimento muito grande. Antes de começar a pensar no desaparecimento do estado, é preciso ver como funcionam essas relações entre as corporações, a tecnologia e o estado nessa nova configuração.

Leila – Vejo o papel do estado como fundamental para pensar inclusive esses grandes problemas da sociedade contemporânea e mesmo da sociologia contemporânea. Não se pode abrir mão do papel social e ambi-

ental do estado. Tudo bem que ele diminua no sentido corporativo do termo, mas acho que as suas funções clássicas devem ser retomadas.

Ridenti – O estado também mudou. Há aqueles que acham que o estado nacional estaria ultrapassado na era da globalização. Os próprios eventos mundiais desse começo de século, com a postura absolutamente imperialista dos Estados Unidos, indicam que pelo menos um estado, que é o norte-americano, está muito forte. Evidentemente isso muda tudo. Na União Europeia, por exemplo, você tem a constituição de uma comunidade supranacional, mas que por si só também não aboliu os estados que a compõem. Há mudanças, mas acho que é um tema específico a ser estudado pela sociologia política e por outras ciências. Contudo, vejo que o estado nacional não está ultrapassado, ainda que não possamos pensá-lo nos moldes de 50 ou 100 anos atrás.

Pochmann – Na história do capitalismo há um embate vigoroso entre o setor privado, as forças de mercado e de outro lado a tentativa de regular essas forças por intermédio do estado. Havendo capitalismo em geral há estado. O tamanho e a capacidade do estado são resultado do conflito social, da capacidade de organização da sociedade. A perspectiva do estado contemporâneo dependerá, em primeiro lugar, da capacidade de reação da sociedade frente a operação das grandes corporações. Será possível convivermos com estados exclusivamente nacionais, quando várias corporações têm um PIB e uma riqueza superiores aos de vários países? Ou estaremos caminhando para esse conceito mais atual de governança global, com uma integração dos estados nacionais a partir de uma unicidade supranacional capaz de se contrapor ao poder das grandes corporações?

Ortiz – No contexto da globalização, o estado-nação já não possui mais a centralidade que possuía. Isso não significa que o estado-nação desapareça. A questão é: qual é o lugar do estado-nação no contexto do mundo globalizado, no interior do qual o mercado capitalista tem um papel central? A minha impressão é que, ao longo das próximas décadas, teremos um conflito muito forte entre estado-nação e mercado. Porque a contradição não é ideológica, fantasiosa. Trata-se de uma contradição estrutural da situação na qual estamos.

Adorno – Como sociólogo, acredito que as mudanças são imperativas. Elas fazem parte do curso da história. Não posso imaginar, por exemplo, que a nossa herança estatal do século 18 e 19 se mantenha intacta, na sua estrutura básica neste século 21. As mudanças no campo da economia, no campo da política, o tipo de realinhamento que se faz hoje nas relações internacionais, mostram que o estado na verdade está reconstruindo seu perfil. Possivelmente teremos um estado diferente do que temos hoje. Mas não credito, por exemplo, que não tenhamos algum tipo de poder político centralizado que será responsável pela

coordenação da sociedade, pelo mercado. Não acredito, por exemplo, que as corporações vão substituir o estado. Elas podem ter um poder de força, mas a capacidade que têm de regulamentar a vida como um todo é muito limitada. Os sujeitos não são meros agentes pacientes. Certamente estamos num processo bastante acelerado de mudanças da configuração do estado, mas não acho que isso signifique o seu fim.

Jornal da Unicamp – Em determinados países, Brasil incluído, a violência gera bolsões de poder paralelo. Até que ponto eles representam uma ameaça ao estado?

Boaventura – São uma ameaça, sem dúvida. Um dos casos aqui na América Latina mais característico é o da Colômbia. O problema se agravou com a implosão de estados – vimos isso na África – na medida em que as políticas transnacionais da globalização neoliberal procuram minimizar o seu papel. Retiraram fundos, retiraram competências, atingindo frontalmente as políticas públicas. Isso fez com que os estados se tornassem não-operacionais em muitos países. Ao fazerem isso, deram asas a que atores assumissem funções de estado paralelo. É uma situação preocupante.

Zolo – No caso da Itália, mais precisamente no fenômeno Berlusconi, estamos vivenciando uma confusão crescente entre a dimensão pública e a dimensão privada. O governo Berlusconi é perigosíssimo e indica um futuro nebuloso, porque usou instrumentos da democracia e do estado de direito em seu benefício. Todo o aparato do estado e da constituição não essa subordinação a um grande empresário industrial do setor das comunicações e dos bens imobiliários. Esse fenômeno se verifica em outros países, onde grupos da administração Bush estão profundamente envolvidos no grande negócio petrolífero. Neste momento, por exemplo, grandes companhias de armas, petrolíferas e do tabaco estão despejando quantidades enormes de dinheiro para a próxima campanha eleitoral de Bush.

Oliveira – São, concretamente, uma ameaça. Significa que, na definição clássica de Weber, o estado já não detém o monopólio exclusivo da violência. Nas sociedades ocidentais criadas e desenvolvidas nessa tradição, só o estado tem o poder de cometer a chamada violência legal. Isso está escapando. Revela, na verdade, uma fratura na capacidade do estado em conter a violência dos atores privados. Isso é de fato uma grave ameaça, que não se dá só nesses bolsões que são mais identificáveis, mas também na empresa que tende a invadir domínios públicos. No Brasil, você vê fundações empresariais tentando assumir funções do estado na educação, no lazer, na cultura e na formação de mão-de-obra. Isso é uma ameaça também importante. De saída, a empresa privada é absolvida, enquanto os bolsões da violência

mais identificáveis são aqueles que ameaçam a ordem da propriedade privada. A empresa privada, por sua vez, é considerada o esteio da propriedade privada. Mas ela é, também, uma ameaça à mesma.

Laymert – Vejo esses bolsões como parte do capitalismo contemporâneo. Narcotráfico é hoje, segundo alguns economistas, uma potência mundial. Devia inclusive sentar-se à mesa com o G-7. Já que é uma potência, deveria começar a reconhecer o tamanho dessa encrência. Nesse sentido, é preciso encarar sem hipocrisia o que é isso e em que medida esse poder paralelo está corroendo os estados nacionais, junto com outras forças. A primeira questão a ver é a quem interessa o enfraquecimento desses estados latino-americanos com relação ao narcotráfico. E, também, como seria o combate ao narcotráfico, se efetivo ou não.

Ridenti – Tenho uma certa resistência em minimizar a importância do estado, particularmente no Brasil. Acho que é muito evidente o que significa esse estado. Ao mesmo tempo é um pouco paradoxal porque você tem mudanças de partidos e esse estado acaba se inserindo na ordem mundial de uma maneira que dá muito pouca margem de manobra na esfera internacional. No plano local, o fato de você ter poderes paralelos nas favelas, por exemplo, dificultaria num certo estado uma difusão de um certo estar presente para fazer suas atividades de organização social, de fornecer segurança, saúde etc. Em alguns países da África, e na Colômbia, isso me parece mais significativo. No âmbito local, ainda que algumas favelas estejam controladas por traficantes, me parece que são bolsões muito pontuais. Não vejo que no Brasil isso esteja assumindo um caráter de desintegração social, como talvez possa ser o caso em outros países.

Pochmann – São uma ameaça, mas ao mesmo tempo são o resultado da ausência do estado. Da incapacidade de o estado exercer as funções pelas quais ele foi concebido e desenvolvido. Nós percebemos em São Paulo que temos um vazio de espaço público, de intervenção pública, e ao mesmo tempo condições de inclusão, de tal forma que a violência termina sendo a possibilidade gerada num quadro de ausência do estado.

Ortiz – Não creio no caso brasileiro tenhamos poderes paralelos como temos no caso da Colômbia, que tem as Farc e o narcotráfico estruturados de uma maneira institucional. Tampouco como nos países africanos. O pouco brasileiro é distinto, não que não exista narcotráfico, isso está dentro do contexto do estado-nação. No entanto, a pergunta é válida já que uma das discussões, no contexto da constituição do estado-nação, é aquela que diz respeito ao monopólio da violência. Isso significa que o estado, através de suas forças instituídas – seja o exército, seja a polícia – estabelecerá uma ordem dentro do território nacional. No contexto da globalização, o grande problema é que existe uma multiplicidade de outros atores que têm capacidade de utilizar os meios de violência. Dentro desse contexto de um território ampliado do planeta, a manutenção da ordem



e do monopólio da violência, é difícil. Vide, por exemplo, a invasão dos Estados Unidos ao Iraque. Trata-se de um ato unilateral de uma estado-nação que acredita ter o monopólio da violência, mas no momento em que ele ganha a guerra, não consegue manter a ordem. É um problema sério que vai se multiplicar durante o século 21, na medida em que existe um desenvolvimento hipersofisticado das técnicas de violência, e na medida que é, e foi difícil, estabelecer uma ordem de paz. Antes, as fronteiras dos estados-nações eram suficientemente para se estabelecerem ordens. Hoje em dia, já não é. Os grupos que se multiplicam hoje não se multiplicam apenas em relação aos países, mas também em relação à esfera internacional.

Adorno – Num certo sentido, você tem poderes paralelos em toda a sociedade. Você tem organizações civis, partidos, empresas, universidades. Não vejo nenhum problema em relação a isso. O problema é que todos esses poderes são regulamentados a partir de uma concepção legítima, baseada no estado de direito. Esses poderes estão enfeixados numa concepção fundada num pacto, fundada em acordos pelos quais nenhum poder pode se colocar acima do outro por sua livre e espontânea vontade. O problema na verdade é você encontrar poderes diferentes que tenham algum nível de poder, onde as negociações possam existir, sejam os fóruns públicos de debate, sejam as casas legislativas etc. Os problemas estão nas regras legítimas do jogo político, do reconhecimento da vida política, e poderes que se impõem pelo uso da força. Por exemplo, no caso de você ter crime organizado e de como você traz isso para o campo da legalidade. No caso da Colômbia, de um lado o estado perde o monopólio estatal da violência, o que significa que tem grupos da sociedade, por razões diversas, que reivindicam o direito de usar a violência. Quando você reivindica, como grupo organizado, o direito de usar a violência, você está reivindicando que o mais forte vai prevalecer sobre o mais fraco. A sociedade moderna foi construída para proteger os mais fracos do poder avassalador dos mais fortes. O problema não é que existam poderes e que tenham poderes diferentes, mas sim que você tenha regras pelas quais você possa tornar os poderes equitativos e evitar que o mais fraco destrua o mais forte.

Continua na página 8

MARCIO POCHMANN



Economista, professor do Instituto de Economia da Unicamp e secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade do município do São Paulo. É autor de "A Regressão do Trabalho", "O Emprego na Globalização" e "E-Trabalho", entre outros livros.

MARIA ARMINDA N. ARRUDA



Socióloga e professora da USP. É autora de "Metrópole e Cultura: São Paulo no meio do século 20".

RENATO ORTIZ



Professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). Autor de "A moderna tradição brasileira".

"A história a fazer é sempre uma história indeterminada"

Continuação da página 7

Jornal da Unicamp – A polarização esquerda/direita atravessou o século 20. Há quem diga que as utopias ideológicas morreram. A afirmação procede?

Boaventura – A clivagem esquerda/direita vai continuar, sem dúvida nenhuma. Ela transfigura-se na medida em que emergem problemas que até agora não eram contabilizados nessa dicotomia. Não quero dizer, no entanto, que essa dicotomia possa cobrir tudo. Temos muitos movimentos que lutam por um mundo melhor, mas que se recusam a reconhecer-se nessa polarização esquerda/direita, sobretudo movimentos que vêm da África e da Índia. Esquerda/direita é um modo de clivagem muito cunhado pela própria política ocidental. Mas vai perdurar a clivagem daqueles que estão a favor de formas de inclusão e de formas de exclusão. Entendo que as clivagens ideológicas estão aprofundando-se, ao contrário do que se pensou. O neoliberalismo apostou no pensamento único, na ideia de que a história chegou a fim. Ao contrário, hoje as ideologias voltam, mas de outra forma, não como grandes sistemas. Voltam através de experiências sociais e de iniciativas que ocorrem em toda parte do mundo. Elas são interligadas pela Internet, vão aprendendo umas com as outras sem, no entanto, terem uma categoria única, sem terem um manifesto que una todas essas formas de resistência. De alguma maneira, significam a ideia de que é possível sim uma utopia crítica. Nós estamos num mundo onde é mais importante afirmar a ideia da utopia do que defini-la. Precisamente porque estamos num mundo que pura e simplesmente pôs fim – ou quis pôr fim – a toda ideia de utopia crítica. É preciso agora tentar ver se esta utopia precisa de um conteúdo mais rico.

Zolo – Seguramente, hoje a polarização esquerda/direita é menos significativa do que no passado. Na Europa em particular, e nos Estados Unidos também, os partidos políticos são muito pouco identificados com bases ideológicas específicas. Em geral, a convergência dos partidos para o centro é uma tendência, já que uma posição moderada tem mais apelo eleitoral, havendo portanto uma certa esvaziamento dessa polarização. Mas não há dúvida de que se pode dizer que a esquerda diz mais respeito àqueles que sustentam valores de cooperação social, de paz e de respeito pela vida. E a direita, como é caso de Berlusconi e Bush, está associada ao poder da mídia, ao poder econômico e ao poderio militar.

Oliveira – As grandes utopias experimentam transformações. Mesmo utópicas, são construções sociais. A grande utopia do comunismo, por exemplo, veio do século 19 e projetou-se largamente no século 20, com as tentativas conhecidas de criar sistemas utópicos. Essa grande utopia foi muito abalada pelas experiências do século 20, o que a torna um pouco anacrônica no século 21. Mas ela se repõe e se refaz num outro registro – na solidariedade, uma das matrizes do próprio movimento socialista. Agora, por exemplo, para lutar contra a globalização hegemônica pelos centros, para lutar contra essa tendência de mercantilização

geral, temos a utopia que se dá em registros como o da economia solidária. Não terminou o tempo das grandes utopias. Elas se atualizam constantemente. Mesmo quando toda miséria mais material for varrida da terra, o que está longe de acontecer, certamente os homens criarão outras utopias. A maior delas é a utopia do homem feliz.

Laymert – Nós vivemos um momento que se poderia qualificar como horizonte negativo. As utopias de certa maneira aconteceram, mas estamos vivendo as utopias de uma maneira negativa. O futuro chegou, mas em negativo. No momento, não há nenhuma utopia para colocar no lugar. Temos de atravessar essa fase para ver quais são os sinais do que vem por aí, que não sejam apenas os catastróficos.

Leila – Não concordo. Inclusive alguns autores encaram o ecologismo como uma nova ideologia, como opção ao neo-conservadorismo e à perspectiva neo-socialista. Seria, para esses autores, uma terceira opção ideológica. Na verdade, vejo como uma nova roupagem para as velhas ideologias. Não acho que as ideologias morreram, de forma alguma.

Ridenti – Evidentemente existem aqueles que advogam essa tese da diluição das posições de esquerda e de direita, o que em parte indica que o mundo de hoje é muito complexo e às vezes certas simplificações não têm cabimento. Existem sim no mundo sociedades de classe e posições que vão no sentido da manutenção desse status quo e de crítica a este status. Isso aponta para posições que genericamente poderíamos chamar de direita e de esquerda, associando a direita à conservação do status quo, mesmo com as mudanças dentro da ordem, do ponto de vista da manutenção do poder político e econômico, e existem aquelas ideias muito diversificadas de crítica ao poder político e econômico hoje hegemônico, não só no Brasil, mas também no exterior. Existe sim a continuidade e a pertinência em se falar em esquerda e direita.

Pochmann – Não concordo. Ao mesmo tempo, acredito que estamos vivendo um certo mal-estar social em que alguns modismos surgem, mas têm um ciclo de vida muito curto. Ideias surgem como capazes de responder a determinadas situações, mas perdem importância muito rapidamente. Isso também não é nenhuma novidade. Hobsbawn chama atenção para o fato de que em determinados momentos do capitalismo, como foi o caso do século 19, você tem o questionamento de interpretações clássicas sobre determinados fenômenos e aí há um espaço em que surgem ideias que não têm durabilidade. Isso faz com que haja uma reação do ponto de vista do conhecimento que permite o ingresso em outro patamar. O conhecimento é uma espécie de onda em que se têm momentos em que há uma certa crise de percepção e de identificação. Isso gera o surgimento de várias formas de ver parcialmente que não se sustentam ao longo do tempo.

Maria Arminda – Vivemos num mundo pós-utópico, o que não quer dizer que essas distinções esquerda/direita tenham desaparecido. O problema é que se estabeleceram algumas identidades que são discutíveis entre socialismo e socialismo real-

mente existente, como na União Soviética. O socialismo como concepção de mundo, como uma possibilidade de projeção de mundo, não ocorreu. O que ocorreu é que houve essa identificação. Isso tem efeitos na construção das visões utópicas. O século 20 todo foi perseguido fundamentalmente por essa distinção entre a grande utopia socialista na medida em que o socialismo soviético entra em crise. Com isso estabeleceu-se a falsa identificação de que o socialismo desapareceu do mundo. É uma identidade falsa. O mundo é pós-utópico, até porque temos uma grande perplexidade. Sempre há uma aposta na utopia, ao mesmo tempo numa construção que seja abrangente. Não vivemos num mundo onde isso seja claramente posto no horizonte. Um mundo sem utopia é um mundo triste.

Ortiz – Não creio nem que a oposição direita/esquerda tenha desaparecido, como tampouco creio que os significados de direita e esquerda sejam os mesmos hoje. Se eu ler nessa chave, diria que a posição direita/esquerda permanece como uma conotação diversa em função de uma abertura, de uma transformação das sociedades contemporâneas. De uma coisa tenho certeza: que primeiro não existe o fim nem das ideologias nem das utopias. Esse tema que foi bastante debatido no século 20 por vários autores e a mim me parece um falso problema. Em que sentido? A história que se abre é uma história que se abre para o futuro. E o interrogante de como será o futuro é permanente de toda a sociedade. Portanto, tanto as ideologias como as utopias florescem nesse terreno. Por outro lado, é importante entender que, enquanto existir capitalismo, existirá crítica do capitalismo. E a crítica do capitalismo abre uma janela para o futuro, para uma outra coisa. Quem sabe, irrealizável, mas ela é permanente à própria existência do capitalismo. Daí a abertura da imaginação e de utopias que necessariamente são críticas ao capitalismo. Digamos que o êxito do capitalismo não enterra as utopias. Ele apenas revela novas contradições e novas aberturas. A história a fazer é sempre uma história indeterminada. E, nesse campo de indeterminação, as utopias ocupam um lugar.

Adorno – Os termos em que o debate político tem sido colocado num certo sentido envelheceram. Ao mesmo tempo em que você diz que não há mais uma maneira de falar em direita/esquerda, também não temos mais como discutir aquela velha alternativa, reforma ou revolução. Acho que temos que retomar o velho axioma de Marx: a sociedade não se propõe problemas que ela não possa resolver. E os problemas que a sociedade está resolvendo são problemas que ela mesmo propôs. A luta política não se encaixa mais naquela imagem em que se tem uma direita com a sua concepção muito clara do que é mercado e poder, e de outro lado a esquerda que se opõe a esses interesses. Hoje, o trânsito entre essas posições está evidentemente embaralhado. Certamente surgirá dissonância uma recomposição de relações. É preciso evitar a armadilha das dualidades, das polarizações. E, ao mesmo tempo, enfatizar as diferenças, as nuances, a multiplicidade. No momento em que isso passa a ter maior relevância, é evidente que essas polarizações tendem a ser amainadas. Isso não significa que uma nova significação dos momentos atuais não possam repensar talvez uma recomposição de uma outra ordem.

Jornal da Unicamp – Qual o impacto das novas tecnologias no cenário mundial?

Boaventura – O impacto das novas tecnologias é duplo e ambivalente. Por um lado, trata-se de um impacto negativo na medida em que a



tecnologia é uma das responsáveis pela exclusão social no mundo. Aliás, a divisão digital é hoje talvez das mais tenazes na medida em que 93% dos circuitos da Internet ocorrem nos países desenvolvidos, o que significa que estamos assistindo a uma forma de exclusão extremamente dura e difícil. Por outro lado, também temos que dizer que toda a movimentação de luta contra a globalização neoliberal se assenta nas novas tecnologias. Sem Internet, não seria possível fazer todo esse movimento. As novas tecnologias vão estar exatamente de um lado e de outro, são instrumentos que podem ser usados em vários sentidos. Podem ser obviamente também sistematizadas por outras tecnologias intramédias e populares, que são velhas mas que cada vez mais vão ser importantes para que haja uma relação entre tecnologia e bem-estar das populações.

Zolo – O núcleo fundamental do processo de globalização está identificado com a intensificação da aplicação das tecnologias, seja na mídia, seja na informática. Este núcleo é aquele que dá a contração do espaço e do tempo e é um aspecto irreversível da globalização. E é justo que existam movimentos internacionais que combatam tudo isso.

Oliveira – Os impactos são muito fortes. As novas tecnologias estão mudando as raízes fundamentais da sociabilidade, da convivência entre as pessoas. Elas mudam tudo, radicalmente. Mudam o modo de produzir, toda a compreensão do mundo. A produção hoje exige menor esforço físico, quase não há contato com máquinas. Esse impacto está apenas no começo e pode ser devastador se não for democratizado de uma forma radical. A gente pode se aproximar de um mundo à la Huxley. Vejo como um impacto decisivo, que não dá para ser subestimado. O mundo da vida e o mundo da ciência são hoje quase a mesma coisa. Mudará a nossa percepção do que é o mundo, do que é o outro.

Laymert – Os impactos são muito grandes, sobretudo nas tecnologias de informação digital e na genética. A aceleração tecnológica é um fato que precisa ser reconhecido em todas as suas dimensões. E as consequências dessa aceleração são que existe um trem-bala que leva alguns países e algumas populações; outras estão sendo cuspidas e já estão do lado de fora. O problema agora é saber o que fazer com aqueles que já perderam o trem-bala.

Leila – Trata-se, também, de um dos grandes temas da sociologia contemporânea. Acho que existem alguns autores que nos mostram cientificamente que as novas tecnologias na verdade são o grande problema da sociedade contemporânea. Ulrich Beck, por exemplo, mostra, em "A Sociedade de Risco", o que seria a seu ver uma sociedade da ciência e da tecnologia, se configurando num problema. Por outro lado, existem autores que mostram que o buscar de novas tecnologias pode minimizar os nossos problemas sociais e, particularmente, os nossos problemas ambientais. Diria que estamos na fase intermediária, entre essa perspectiva mais negativista da realidade que está em "A Sociedade do Risco", e essa perspectiva otimista de só pensar em novas tecnologias. Acho que o componente político faz a mediação entre essas duas perspectivas.

Ridenti – O impacto é enorme. O fim da União Soviética é um exemplo. Em grande parte estava ligado à incapacidade de o sistema soviético incorporar novas tecnologias para dar um novo salto. Eles não conseguiram dar, já que investiram pesadamente em armamento por conta da Guerra Fria, não conseguindo acompanhar a capacidade

de investimento do capital que deu o salto tecnológico da era da informática. No Brasil, temos pessoas vivendo quase na idade da pedra, não conseguindo sequer arrancar da terra o que precisa para sobreviver, e temos pólos tecnológicos extraordinariamente desenvolvidos. Diria que esse acesso às novas tecnologias acrescenta elementos a essa profunda desigualdade e a essas profundas contradições que cimentam as sociedades contemporâneas. Uma das lutas sociais importantes é que a população tenha acesso a essas inovações.

Pochmann – O impacto já foi identificado há duas décadas. No meu modo de ver, os países que mais investem em tecnologia são os que convivem com menos desemprego, ao contrário dos países que menos investem, que hoje possuem o maior número de desempregados e ao mesmo tempo geram ocupações muito precárias. O futuro do emprego está justamente associado à capacidade que os países têm de investir em tecnologia, o que tem permitido, de um lado, gerar vagas com maior qualidade e com maior nível de renda. De outro lado, permite que a expansão das atividades de novas tecnologias possa ser capturada pelo estado através de fundos públicos e, com isso, permitir um novo segmento de transferência de renda.

Maria Arminda – Vai mudar tudo. Não tenho dúvida que a chamada sociedade da informação tem um impacto brutal. Mudam as formas da convivência. Há também um imenso desconforto. Não há saída, você tem que estar o tempo todo conectado. Talvez seja possível usar a informação de uma maneira que não estamos explorando.

Ortiz – É um tema que incide desde na esfera do trabalho até na esfera cultural. Sem o desenvolvimento de uma tecnologia digital, dificilmente nós teríamos uma agilidade dos chamados bens culturais transnacionais. É uma pergunta que envolve uma série de questões – desde a alfabetização digital até a democracia. É um elemento a mais e muito importante nesse contexto. A questão da democracia não pode ser exclusivamente vinculada à problemática da técnica. Se não, caímos às vezes numa visão idílica de vários autores que querem resolver os problemas políticos em função de questões técnicas, por exemplo, a ciberdemocracia, como se tudo estivesse resolvido se caminhássemos nessa direção. Evidentemente, as técnicas e as tecnologias são decisivas no mundo contemporâneo. Sem elas, muito do processo de globalização não existiria. Porém, é necessário ter também a precaução de não embarcarmos numa "canoas furada". A questão política da democracia, da esfera pública, do bem-estar, da justiça, não são questões que coincidam inteiramente com a tecnologia. São questões que extrapolam e que tocam vários campos da vida social.

Adorno – Não é uma questão nova. Na verdade, estamos tendo uma história de impacto bastante acentuada. Às vezes faço um esforço em pensar com a cabeça do cidadão comum do século 18. A revolução industrial era coisa do demônio. O problema é o significado desse impacto. Temos de estudar o efeito disso nos padrões de sociabilidade contemporânea, que circula no espaço público, onde as pessoas de alguma maneira se mostram para serem mostradas. Com essas novas tecnologias, se tem cada vez mais uma volta para si, na verdade um desprezo pelo cuidado do outro. Isso pode ter um impacto nas futuras gerações em termos de perfil de identidade, em termos de interesse de solidariedade social. Não temos condições de prever o alcance dessa mudança. Certamente você formará gerações de profissionais e de trabalhadores muito diferentes das velhas gerações. Talvez sejam comprometidos muitos valores construídos na ética do trabalho e numa sociedade que preservava a justiça social.

SÉRGIO ADORNO



Professor, coordenador de pesquisas do Núcleo de Estudos da Violência da USP